

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo. Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove às dezoito horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência, localizado à Rua Tarquínio Cobra Olyntho, nº 69 na Vila Pereira, nesta cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Administrativo sob a presidência do Sr. Hélio Escudero, estando presentes os seguintes conselheiros: Dr. Alcides Tiezzi; Antônio Carlos Jardim; Bruna Braz Bocamino Tomé; Carlos Henrique da Trindade; Cleonice Aparecida Ludovique Callegari; Francisco Carlos de Oliveira; José Humberto Tardelli; Lígia Assumpção Fernandes Nóbrega; Dra. Lílian do Carmo Molli de Lima; Luiz Roberto de Oliveira; Marco Antônio Gumieri Valério; Maria Cristina Silvério; Mário Aparecido Gusmão; Monise Zanetti Massaro; Regina Marcia Braz Bocamino; Rosilene Pereira Pazim; Vanessa Marques Ferreira Alves; Velmor Baldassim. Havendo número legal de participantes o Sr. Presidente declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia. 1 – Antes de iniciar os assuntos da Pauta, o Sr. Presidente pediu licença para falar sobre a ata da reunião do dia 25/10/2018, situação em que o Ministério Público questionou sobre o contador e o procurador jurídico, ressaltando a necessidade de se realizar concurso, naquela situação o Sr. Fabiano foi conversar com o promotor, solicitando prazo para a realização do concurso, e na reunião daquele dia foi colocado um prazo para transição dos servidores, prazo este que está se esgotando, porém foi ressaltado pelo Sr. Presidente que algumas orientações ainda precisam ser passada, ou seja, a realização da transição total dos serviços, sendo proposto pelo presidente a dilação do prazo até agosto, diante da complexidade dos serviços e algumas prestações serem mensais e anuais. O Sr. Francisco Carlos de Oliveira comentou que também considera o prazo pequeno, pois até aprender e entender as especificidades dos serviços demanda tempo, mais especificamente em relação a contabilidade, que envolve todo o IMP. Assim, o Sr. Presidente propôs que o prazo seja estendido até agosto. O Sr. Marco Antônio Gumieri falou sobre as dúvidas em relação a extensão do prazo, dizendo que está representando a Câmara Municipal e considera o prazo longo, citando como exemplo a Câmara Municipal que teve que realizar a substituição do contador e do Jurídico de maneira imediata, sem transição, falando que não era conselheiro em 25 de outubro de 2018, quando foi decidido o prazo até agosto, assim, por estar representando o segmento da Câmara Municipal não concordou com a prorrogação do prazo. O Sr. Francisco Carlos de Oliveira acrescentou que o IMP tem uma demanda grande de serviço. O contador do IMP Marco Antônio Ferreira da Silva disse que o serviço é complexo e demanda tempo para realizar a transição. Após as discussões o Sr. Presidente colocou em votação se o Conselho concorda com a extensão do prazo até 31 de agosto de 2019. A proposta foi aprovada pela maioria dos membros, votando o Sr. Marco Antonio Gumieri Valério contra. 2 - Pauta do Dia - Análise dos Balancetes dos meses de março e abril de 2019, com parecer favorável do conselho fiscal; O Sr. Presidente convidou o contador do IMP Marco Antônio Ferreira da Silva para comentar sobre os referidos balancetes. O Sr. Marco Antônio comentou também que a contribuição patronal e de funcionários estão em dia. O Sr. Marco Antônio confirmou as receitas do mês de março/2019 no valor R\$ 3.100.564,94 e do mês de abril/2019 no valor de R\$ 4.261.719,72 e as despesas do mês março/19 no valor de R\$ 2.308.504,10 e do mês de abril/2019 no valor de R\$ 2.400.957,89 e saldos bancários de março/19 de R\$

216.582.787,27 e do mês de abril/19 no valor de R\$ 218.443.549,10. Os balancetes após apreciação e análise pelos conselheiros foram aprovados por unanimidade. 3 – Apreciação do relatório do 1º trimestre da Carteira de Investimentos elaborado pela Consultoria LDB, O Sr. Presidente convidou o representante da empresa de consultoria LDB, Sr. Marcos, que mostrou como as taxas de juros vem se comportando, apresentando o relatório do Boletim Focus, onde a economia está parada, sendo a taxa Selic em torno de 6,5%, podendo baixar para incentivar a economia. O relatório vem dizer que estamos sendo levados a riscar, somente com a renda fixa não será fácil bater a meta atuarial como vinha acontecendo, assim, segundo o Sr. Marcos não precisávamos fazer nada porque a meta era cumprida, mas agora precisamos buscar no mercado soluções plausíveis para o nosso compromisso de meta atuarial. Foi mostrado como se comportou a renda fixa, renda variável e meta atuarial, sendo mostrando uma meta de INPC + 6,00%. Sobre a Carteira de abril de 2019 – 65,89% (Art. 7, I, b), 30,12% (art. 7, IV, a), 3,25% (art. 7, VII, b), 0,74% (art. 8, III), sendo mostrados os indexadores dos fundos que estão sendo comprados. Falou que o IMP está no caminho correto, porém algumas alterações podem ser feitas. Ressaltou que houve um ganho de R\$ 16.528.269,78, salientando que o IMP possui liquidez, sendo que 96% da carteira consegue ser liquidada em 30 dias. Em relação ao resultado do ano até o mês de abril, tem-se 4,06% de rentabilidade, contra uma meta de 4,25%, faltando 0,19%, precisando ser feito alguns reajustes. O Sr. Marco Antônio Gumieri falou dessa migração de prazos maiores, indo aos poucos para a renda variável. O representante da LDB disse que o ideal seria ao invés de comprar cotas de investimentos que vai comprar os títulos públicos, comprar diretamente os títulos públicos direito, tirando o efeito de volatilidade além de não ter taxa de administração, para isso é necessário um estudo que irá ver o ativo e passivo, para que não tenha problema de liquidez. Explanou sobre o Pro-gestão que é facultativo, mas que deveria ser utilizado, pois profissionalização tem que fazer parte do dia a dia. Foi colocado em votação o relatório do trimestre, sendo aprovado por unanimidade; 3 – Análise da indicação do Comitê de Investimento para aplicação em renda variável. Em seguida o Sr. Eduardo de Paula Marin foi convidado a apresentar a proposta do Comitê de investimento do IMP, falando que conseguiram separar alguns fundos de investimentos que poderiam ser utilizados na renda variável, e pensou-se na alocação em renda variável em fundo de dividendos. O limite permitido de renda variável segundo art. 8, II, a, da resolução CMN 4695, é de 20% do PL, ressaltando que o limite previsto na política de investimento de 2019 foi destinado somente 2%. Alguns fundos de investimentos dos bancos foram observados, como: Caixa, BB, Itaú, Santander, Bradesco e Icatu, mostrando como os fundos se comportam em determinado momento da economia, explicando que os fundos são mais voláteis. Em relação aos bancos, o Bradesco trouxe uma maior rentabilidade e com risco menor, analisando no período de 2007 até 2019, trazendo para um período de 5 anos quem está na frente é o Icatu. Com bases nesses dados o Comitê sugere aplicar 1,5%, começando a mexer com renda variável, sendo que esta parcela não irá comprometer o PL do IMP, reparando como é volátil esse segmento, por ter longo prazo tem dado renda atuarial, e aos poucos pode ser aumentado este limite. Assim, o Comitê sugere a aplicação de 1,5% do PL do IMP, aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), resgatando o recurso do Fundo do BB previdenciário IDKA-2, que tem R\$

37.000.000,00 (trinta e sete milhões). O Sr. Marco Antônio Gumieri sugeriu que seja aplicado 0,5% no Icatu, sendo explicado pelo Sr. Eduardo que estão sendo analisados outros fundos de ações livres, por isso não querem comprometer todo o limite disponibilizado neste artigo, pois se achar outro irão aplicar este valor restante. O Sr. Eduardo explicou que é de extrema importância que o Conselho tenha paciência, pois podem existir rentabilidades positivas e negativas, sendo necessário acostumar com estes segmentos. Foi colocado em votação a proposta do Comitê de Investimentos, sendo aprovado por unanimidade; 4 – Explicação sobre o déficit atuarial do IMP. O Diretor Executivo do IMP o Sr. Fabiano Boaro de Sousa foi convidado pelo presidente, que iniciou sua fala lembrando que 85,71% dos atuais conselheiros são funcionários públicos e que já dependem ou irão depender do IMP. Fez uma explicação de pontos que entende ser bem importantes na explicação do déficit atuarial. Sobre a compensação financeira, muitas vezes o INSS repassa o valor que recebeu do segurado, porém, ao se aposentar pelo IMP o valor da aposentadoria do servidor será maior. Mostrou as alíquotas de contribuição da Prefeitura, citando alguns exemplos, de funcionários que contribuíram durante 30 anos e se aposentaram em 1996 recebendo até os dias atuais, ou seja, contribuiu com uma pequena parcela durante 30 anos e recebe uma totalidade já a aproximadamente 23 anos, o que acaba aumentando o déficit atuarial. Se as alíquotas de contribuição previdenciária fossem aplicadas conforme sugeridas pelas avaliações atuariais desde 1996 a 2019, a tendência seria uma situação financeira sem déficit atuarial. Considerando as alíquotas atualmente praticadas de 14,29% (patronal) + 11% dos servidores ativos e aposentados que recebem acima do teto do INSS, teríamos que ter aproximadamente 3,95 servidores na ativa para custear cada servidor aposentado. Hoje essa proporção está na faixa de 2,13 servidores ativos para cada aposentado, defasagem de 1245 servidores ativos. Comentou que no ano de 2009 iniciou esta disparidade de ter um número grande de aposentados, sem existir pessoas na ativa na mesma proporção. De 1994 até 2014 a alíquota de contribuição era baixa, aumentando o déficit atuarial, quando na avaliação atuarial aponta uma alíquota muito elevada a prefeitura não tem condições de fazer o pagamento, o que acabou gerando um parcelamento, precisando encontrar um ponto de equilíbrio onde a prefeitura consiga fazer o pagamento e o IMP sobreviver. Disse também que desde a criação o IMP já mostrou um déficit atuarial, não sendo feito nada em relação às alíquotas suplementares sugeridas nas avaliações atuariais. Comentou que no ano de 2008 o Ministério da Previdência publicou uma portaria determinando que os RPPS teria o prazo de 35 anos para amortizar totalmente o déficit atuarial, e como o município permaneceu inerte acabou aumentando conseqüentemente essa dívida, estando atualmente com 26 anos para amortizar esse déficit e se não for feito nada o déficit irá aumentar considerando que o prazo para amortizar vai diminuindo anualmente. Na avaliação atuarial de 2011 tinha 3% para pagar de alíquota suplementar, passando para 2016 essa alíquota para 12,17%, todas avaliações foram jogando o aumento da alíquota suplementar para frente, chegando o ano passado com uma alíquota suplementar de 28,38%, sendo esse percentual um reflexo do não reconhecimento das alíquotas suplementares. Apresentou uma planilha considerando as receitas x despesas 2018, se excluir os parcelamentos e os juros o IMP desembolsou cerca 10 milhões no ano de 2018 e a projeção disso é aumentar, tendo atualmente

aproximadamente 50 funcionários no abono de permanência. Da avaliação atuarial referente ao ano calendário 2018, enfatizou dois pontos, a saber, contribuição de custo normal e do déficit atuarial, apontando que o município tem que pagar de alíquota de custeio normal da folha mensal dos ativos 19,30%, e apontando o custo suplementar em 26 anos 17,53%, mais a contribuição de custeio normal, o que seria aproximadamente 37%. O Sr. Fabiano disse que marcou reunião com o Ministério da Previdência, para ver o que o Ministério irá sugerir para passar para os conselheiros. A Sra. Cleonice questionou sobre a carta que foi enviada ao Prefeito sobre os bens, que foi sugerida pelo Sr. Francisco Carlos de Oliveira, o Sr. Fabiano leu a carta e disse que até o momento não foi recebida resposta. Retomando ao assunto de avaliação atuarial, Sr. Fabiano mostrou gráfico considerando o impacto nas alíquotas de contribuição no caso de reajustes salariais acima da inflação, lembrando que os reajustes dado aos servidores esse ano terá seus reflexos na avaliação atuarial do próximo ano. Disse ele, que por ser dados bem técnicos, procurou trazer a situação mais próxima da realidade, exemplificando que as contas não fecham. E apresentou algumas considerações, a saber: os valores irrisórios recebidos a título de compensação financeira, os históricos das contribuições previdenciárias, falta de repasses dos aportes financeiros desde a criação do IMP, aumento expressivo dos valores da folha de pagamento, desafio de bater meta atuarial e situação financeira do Município, pergunta-se: o que pode ser feito hoje para garantir a saúde financeira do IMP amanhã? Alguns argumentos serão colocados no Ministério, encontrando um ponto a ser ajustado. Falou que o parcelamento do valor de R\$ 2.653.526,09 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e quinhentos e vinte e seis reais e nove centavos) deu certo, que o Ministério homologou. Disse que na reunião que terá em Brasília, acredita que o Ministério irá sugerir a segregação de massa. Foi discutido o vencimento contrato da empresa LDB, sendo colocado em votação pela prorrogação desse contrato, sendo aprovado por unanimidade. Falou que as próximas convocações serão realizada pelo aplicativo Whatsapp, o que facilita para todos, gerando uma economia de tempo de recursos. Nada mais havendo a tratar o Sr Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Eu Monise Zanetti Massaro, digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e demais conselheiros presentes.

01- Alcides Tiezzi: _____

02- Antônio Carlos Jardim: _____

03- Bruna Braz Bocamino Tomé: _____

04- Carlos Henrique da Trindade: _____

05- Cleonice Aparecida Ludovique Callegari: _____

06- Francisco Carlos de Oliveira: _____

07- Hélio Escudero: _____

08- José Humberto Tardelli: _____

09- Lígia Assumpção Fernandes Nóbrega: _____

10- Lílian do Carmo Molfi de Lima: _____

11- Luiz Roberto de Oliveira: _____

12- Marco Antônio Gumieri Valério: _____

13- Mário Aparecido Gusmão: _____

14- Maria Cristina Silvério: _____

15- Regina Marcia Braz Bocamino: _____

16- Rosilene Pereira Pazim: _____

17- Vanessa Marques Ferreira Alves: _____

18- Velmor Baldassim: _____

-----X-----